

Jornada solidária sai de qualquer maneira

O presidente do Cedel — Centro Democrático Latino Americano, com sede em Curitiba, deputado Gernote Kirinus (PMDB), lastimou ontem que o regime militar do Uruguai esteja proibindo a participação de políticos daquele país em encontros democráticos de caráter internacional que se realizam na América Latina.

Como se sabe, políticos uruguaios não puderam tomar parte na reunião da Internacional Socialista, que se realiza no Rio de Janeiro, o mesmo podendo acontecer no encontro previsto para 13 e 14 de outubro, em Curitiba, que reunirá brasileiros, argentinos, paraguaios e bolivianos, além de uruguaios, na Jornada de Solidariedade ao Povo Uruguio. "O regime militarista do país vizinho, a cada dia que se aproxima a data das eleições gerais (25 de novembro) dá mostras de seu peso e abrangência contra a liberdade de seu povo", afirmou Kirinus.

"É preciso — acrescentou — denunciar o desrespeito aos direitos humanos e a perseguição em marcha forçada das botinas contra o povo. Lembrar que mesmo com a realização de eleições livres, será necessário um alerta para que o governo não venha a utilizar dos acessórios fraudulentos que regimes de exceção procuram lançar mão para tentar fraudar e fardar novo período de arbítrio".

JORNADA

A Jornada de Solidariedade ao Povo Uruguio, garantiu o deputado, "se realizará de qualquer maneira, pois não se trata de afronta a regimes, mas de reunião de lideran-

apoio para emergir da escuridão, do atoleiro, da arbitrariedade e escravidão que se encontram". Na sua opinião, os povos latino-americanos, neste caso particular os uruguaios, não devem se assustar com as ameaças de regimes militares que se encontram próximos de seu fim em todo o Cone Sul da América.

Essas ditaduras, lembrou Gernote Kirinus, começaram a refluir no final da década de 70, com a queda dos militares no Peru e no Equador. O processo de desmilitarização teve continuidade com a rápida redemocratização da Argentina e a posse do presidente Siles Suazo, na Bolívia, devendo seguir sua marcha com as eleições gerais — inclusive para presidente da República — de novembro, no Uruguai.

"Respeitamos não o regime militar que prometeu eleições diretas, mas sim o povo uruguio, que após o massacre e o silêncio de 11 anos (os militares chegaram ao governo em 73, através de um golpe), sente e vê no pleito livre o início de uma caminhada libertária e cujo futuro deve resplandecer o destino e os caminhos que haverá de trilhar toda uma nação forte e preparada, e não enfraquecida e envergonhada pelas bandeiras dos mercenários", declarou o deputado.

O encontro dos dias 13 e 14 foi combinado no início de setembro, quando uma missão de parlamentares paranaenses esteve em visita a Montevideu para observar o processo de abertura política do país vizinho. A comitiva foi constituída pelos deputados Hélio Duque, José Tavares, Rubens Bueno e

ças políticas e segmentos sociais que buscam Djalma de Almeida César.